

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0027833

F  
981.22  
S586

J. ROMÃO DA SILVA  
(Da Sociedade Brasileira de Geografia)

MEMÓRIA HISTÓRICA  
SÔBRE A TRANSFERÊNCIA  
DA CAPITAL DO PIAUÍ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

F 981.22  
S586m  
ex. 2

J. ROMÃO DA SILVA

(Da Sociedade Brasileira de Geografia)

MEMÓRIA HISTÓRICA  
SÔBRE A TRANSFERÊNCIA  
DA CAPITAL DO PIAUÍ

(Contribuição às comemorações do centenário  
de Teresina)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

F  
981.22  
5586 m  
ex2

B0022833

MINISTÉRIO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA NATIONALES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
BIBLIOTECA

NUMERO	DATA
F1338	30/9/56

## APRESENTAÇÃO

Sobre a transferência da capital do Piauí, J. Romão da Silva escreveu uma *Memória* histórica, que é, ao mesmo tempo, trabalho de erudição e de expressão literária. Pedem-me êle um prefácio, gentileza de que me desvanço. No memorialista, o historiógrafo e o homem de letras se confundem. Mas o primeiro supera o segundo quando é preciso narrar documentando, para não sair da realidade. De alguma sorte, a advertência de Medeiros e Albuquerque, ao fazer restrições sobre a obra de Moreira Pinto e Melo Morais Filho, não o atingiria. J. Romão da Silva também compreende inteligentemente que a Geografia e a História têm os seus lugares adequados e êstes não se socorrem nem da Lenda, nem da Fantasia.

Num resumo claro e cheio de curiosidade, consagrando-se agora à imprensa carioca e ao Conselho Nacional de Geografia, o autor, que é de Teresina, explica como até 1852 viveu e foi conhecida a que dêsse ano em diante passaria a ser definitivamente a capital do Piauí. A povoação encravada no núcleo de Cabrobó, mais tarde designada de Oeiras, em honra de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde dêsse nome e, a seguir, marquês de Pombal, seria, há cem anos,

transferida para as margens do médio Parnaíba, já chamada Teresina, em homenagem à imperatriz do Brasil, mulher de D. Pedro II.

A *Memória* expõe os fatos como êles, em agitação e tumulto, se teriam verificado desde 1792. As idéias e os interesses que se chocaram, ora predominando a cupidez, ora o bairrismo, entre aquela e êste a ignorância, retardaram a fixação dessa bela metrópole nordestina. Oeiras não abriria mão da sua procedência. Tinha por si a tradição, agravada pelo feudalismo rural. Apelou para todos os recursos. Chegou mesmo à calúnia, jurando que o rio, que no começo dêste século o seu maior poeta, Da Costa e Silva, cantaria num dos sonetos mais célebres da língua

... "como um velho monge  
as barbas brancas alongando, e ao longe"

se ressentia da falta de água potável. Ao segundo imperador, enviaram um vidro com o líquido. A alegação odiosa, logo desmascarada, decidiu no espírito do monarca para que a remoção da capital se efetuasse. Assim, o plano primitivo do governador e capitão-mor da capitania do Maranhão e do Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, viria a ser, sessenta anos depois, um acontecimento festivo para os piauienses.

A um estadista baiano, então no início de sua esplêndida carreira política, conselheiro José Antônio Saraiva, caberia a glória de edificar a nova capital

nela instalando o seu governo provincial. Outro estadista baiano, Zacarias, aí exerceria a mais elevada magistratura. Saraiva revelou-se nesse passo de sua operosa e benemérita existência, o parlamentar e administrador medido, equilibrado e cauteloso que haveria de ser até 1889. Estava moço e exuberante de energias. Viajou através do Parnaíba, observando-lhe os sítios e investigando-lhe as peculiaridades. Ouvia muito e falava pouco para não se comprometer. Preferiu o ponto que imaginava o melhor, a antiga chapada do Corisco, com os olhos em Vila Nova do Poti. Entretanto, era necessário não suscitar controvérsias, nem acirrar ciúmes. A mudança condicionava-se o voto da Assembléia da Província e com êste, de início, não contava Saraiva, em cuja reabertura dos trabalhos legislativos, em Oeiras, focalizou por alto a questão. A reação pela indiferença não lhe agradou. Saraiva "ave de vôo curto, gracejava Tavares Bastos, mas sabendo muito bem onde pousava" — esperou a recomposição da Assembléia, que, sendo outra, lhe dera apoio, e em 1852 não vacilou em decretar, em 21 de julho dêsse ano, a transferência para a então Vila Nova do Poti. As acomodações não foram fáceis. Nem os recursos eram em abundância. As demoras seriam inevitáveis. O memorialista dá, sóbria, porém seguramente, os pormenores dessa tarefa corajosa sob as vistas desconfiadas do caboclo rude e de alma ingênua. O ministro Simões Filho, que pessoalmente participou das grandes comemorações, ao recordar Teresina florescendo a 400 quilômetros da costa — exemplo único em Estados Marítimos — soube com elo-

qüência indicar o traço característico do piauiense a quem não faltavam lealdade e sentimento de justiça. Era o amor do vaqueiro livre a quem repugnava o opróbrio da escravidão. Falava à alma dos povoadores de Teresina, à galhardia e à nobreza de caráter de seus ancestrais, bravos filhos dos sertões que ainda ignoravam o grito do Ipiranga de Setembro e já em outubro de 1822, pela voz de João Cândido de Deus, declarava a Província independente.

Não foi para fazer a apologia de seus coestaduanos, em geral, e de seus conterrâneos, em particular, que J. Romão da Silva elaborou a sua *Memória*. Eu creio que, antes de tudo, o que êle quis foi mostrar como nasceu Teresina, a cidade cristã, por excelência. E o fêz inteligente e corretamente, menos para exaltá-la do que para dela nos dar as origens com absoluta fidelidade.

M. PAULO FILHO.

Teresina comemora o seu centenário. E' natural que de todos nós, seus filhos, espere uma contribuição. Da nossa parte damos esta *memória histórica*. Trabalho suscinto e despretensioso, que nos foi possível elaborar, graças a alguns elementos básicos que tivemos ao nosso alcance, em buscas realizadas em bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro, Piauí e Maranhão.

De grande utilidade foram as indicações fornecidas por Augusto Pereira da Costa, na sua excelente *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, que nos deu o roteiro de documentos fundamentais.

De igual modo lucrámos muito nas pesquisas realizadas no Arquivo Corográfico do Conselho Nacional de Geografia e na consulta de trabalhos relativos ao Piauí publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Modesta e singelamente aqui está a nossa oferenda. Não pudemos dar cousa melhor. De qualquer forma, pagamos o nosso tributo. E o fazemos como um dever do qual não nos é lícito fugir.

J. R. S.

A primitiva capital do Piauí foi instalada na freguesia do Mocha, antiga povoação pertencente ao núcleo de Cabrobó, que posteriormente passou a denominar-se Oeiras, em homenagem ao conde depois marquês de Pombal. Só em 1852, portanto há cem anos, se deu a sua transferência para as margens do médio Parnaíba, onde se erigiu com a denominação de Teresina, assim chamada em honra da imperatriz do Brasil D. Teresa Maria Cristina.

Correspondendo precisamente ao contrário do moderno ideal geopolítico da interiorização, ou seja, a busca do coração do continente, foi problemática a remoção da sede do governo da província do local onde se encontrava, na região do Canindé, para a outrora "Chapada do Corisco".

O projeto não passou sem relutância por parte dos oeirenses. Com sobras de razão, opunham-se êstes a que o município a que deram origem as afamadas "fazendas de criar" de Domingos Sertão, caísse no desprestígio, perdendo os foros de capital. E nisso levaram por muito tempo o melhor partido. Em contraposição à idéia por largos anos alimentada, mil e um inconvenientes levantaram os bairristas de Oeiras. Entre os quais o da falta de água potável no Par-

naíba. Conta-se que como último e desesperado alvitre, enviaram à Corte alguns frascos de água barrenta "para que a visse o imperador com os próprios olhos". Falhou, no entanto, a demonstração ardilosa, pois que o líquido aqui chegou com "excelente aspecto, todo o polmo assentado no fundo dos frascos", e mandado a exame pelo monarca foi a água julgada de "muito boa qualidade". Dom Pedro II percebeu a malícia. E não teve mais dúvida em consentir na transferência.

A medida, que teve execução dez anos depois da aprovação da primeira lei provincial que a determinou, foi cogitada pela primeira vez em 1792, pelo governador e capitão-mor das capitanias do Maranhão e Piauí D. Fernando Antônio de Noronha, que chegou mesmo a propô-la ao rei de Portugal, ao partir de Lisboa para aqui assumir as suas funções.

Em 1798, lembrou-a, inconseqüentemente, o então administrador do Piauí, sargento-mor D. João do Amorim Pereira. Opinava êsse pela escôlha da vila de São João da Parnaíba, no litoral, ou "por uma passagem aonde o rio Poti faz barra na do Parnaíba, que pela sua fertilidade e vantajosa situação deveria formar-se uma vila".

Dirigindo-se a êsse respeito ao ministro de ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em officio datado de 8 de abril, dizia o sargento-mor governador, referindo-se à Oeiras: "A situação desta capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação; a experiência c tem demonstrado, e as razões seguintes o ma-

nifestam: Em primeiro lugar o terreno da capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação dos seus habitantes; pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade vem daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam 5 arrobas, e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos por portos dêste continente".

A exposição é longa. Não vamos transcrevê-la integralmente. Mas interessam as conclusões que se alinhavam a seguir: "Esta razão unida à grande preguiça, quase universal dêstes povos, os reduz muitas vêzes a padecer muitas fomes, o que não sucederia se fôsse a capital situada às margens do rio Parnaíba, navegável algumas duzentas léguas, abundantíssimo de peixes, sendo suas margens susceptíveis de mais e melhor produção de todos os efeitos, que fazem o principal objeto do transporte para os portos de Portugal; o melhor é certamente o que já vai colhendo, o algodão, que podia e até devia produzir em grande abundância. O açúcar, o arroz, o tabaco e tôdas as mais produções da América progrediriam, se tivessem tido um braço, que animasse a sua produção e um gênio que buscasse os meios do seu aumento".

Por aí se vê que o sargento-mor João do Amorim Pereira era homem bastante prático, e enxergava muito longe. Em 19 de agosto do mesmo ano, voltava êle a insistir junto ao ministro de ultramar, para que "providenciasse e decidisse a utilíssima mudança da residência dos governadores". Óbvio era o seu entu-

siasmo pela causa: "podem ver com facilidade grande as margens do Parnaíba, rio navegável mais de 200 léguas, animar a sua navegação e cultura, navegando por êle mesmo com as comodidades que se não podem praticar nesta terra estéril, agreste e caríssima".

Não lograram êxito, porém, as instâncias de D. João do Amorim Pereira. E a questão permaneceu em ponto morto até 1804. Neste ano, a 30 de março os comerciantes da Parnaíba, Simplicio Dias da Silva e Manuel Antônio Henrique, encaminharam ao governador Pedro José César de Menezes um memorial, no qual pediam a criação de uma alfândega na vila, manifestando o velho desejo de vê-la transformada em sede do govêrno central do Piauí.

Transmitindo a pretensão dos parnaibanos a D. João VI, informava o governador: "Não há dúvida, que de tôdas as vilas da capitania, a de São João da Parnaíba foi a que aumentou com mais rapidez, logo na sua formação, porém o seu comércio há anos tem realizado. Ela é com efeito pela sua situação e pôrto de mar capaz para o comércio com as capitanias do Maranhão, Pará, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, de onde vinham em outro tempo as embarcações a comerciar e ali se vendiam a escravatura por preços cômodos. Ainda assim no ruinoso estado em que se acha a agricultura e o comércio desta capitania, é a vila de São João da Parnaíba mais opulenta que esta capital de Oeiras e em todo sentido a que tem mais capacidade para nela se habitar, e para a residência do governador, onde não se experimenta a

indigência e penúria que aqui padece, ainda por falta dos víveres de primeira necessidade".

Estava demonstrado que Oeiras não oferecia condições para desempenhar o importante papel de capital.

Sôbre o rio aduzia o missivista: "O rio denominado Parnaíba é o que divide esta capitania do Piauí da do Maranhão. O seu curso que é de poente a norte será de quase 300 léguas. E' rio caudaloso e navegável desde a sua origem (que ainda se acha despovoada) até a sua foz, que é a referida vila. Todo o terreno das margens e matas, senão gerais, como as do Pará, todavia com extensão tão grande, assim em comprimento como em largura"... "Estas matas são as mais férteis que se podem descobrir para todo o gênero de agricultura".

Novo interregno. Passam-se seis anos sem que nada se decida de positivo sôbre o assunto.

Em 1810, já com a presença de D. João VI no Brasil, o Piauí se constitui capitania autônoma, desligada da do Maranhão. E dois anos depois a questão ressurge. Por requerimento de 22 de julho de 1812, os moradores da Parnaíba se dirigem ao príncipe Regente, pedindo "a graça de que a residência do governador da capitania seja mudada para a mesma vila". Interessavam-se tanto os parnaibanos pela escôlha da sua vila, que chegaram a propor "construir à custa das próprias rendas o palácio do govêrno, para evitar despesas à fazenda real".



Ao chanceler das relações do Maranhão, foi remetida cópia do documento e ordenado que sobre o mesmo desse parecer. Foi igualmente consultado o ex-governador Carlos César Burlamaqui, cuja resposta deu explícita e categórica: Oeiras não devia continuar como sede do govêrno, e esta devia mudar-se para a vila da Parnaíba. Não deixou, contudo, o ex-governador, de prevenir das dificuldades que se antepunham à iniciativa.

A Câmara de Oeiras, também convidada a opinar, manifestou-se, como era óbvio, inteiramente contrária à medida. No parecer que deu a 29 de outubro de 1814, argumentava "que é opinião seguida em tôdas as monarquias o formarem as capitais no centro das mesmas, porque desta maneira se povoam mais e se cultivam as terras com maior fervor, e ficam os patrimônios mais seguros dos invasores estrangeiros".

Dos elementos de que necessitava para informar ao rei, só teve posse o chanceler das relações do Maranhão em 1816. Coube ao coronel Baltazar de Sousa Botelho, que então governava o Piauí, remetê-los devidamente esclarecidos. Encaminhando-os, em data de 4 de agosto, ressaltava a circunstância de achar-se a cidade de Oeiras "a testa de importantes fazendas do real fisco", e possuir "excelente água". E referindo-se à proposta escôlha da localidade deltaica, dizia: «quanto, porém, a mudança da residência dos governadores para a vila da Parnaíba, devo dizer que é ela o único pôrto de mar que há nesta capitania, para onde parece

de razão que se deve encaminhar a maior parte das fôrças a bem da defesa da capitania, e que neste pôrto a importação e exportação interessa muito às rendas reais sendo indubitável que a Alfândega é ali assás necessária, tanto para aumento daquelas, como para prosperidade desta".

Desconhecemos quaisquer providências determinadas em face dos pareceres remetidos à Côrte do Rio de Janeiro. O que é certo é que no terreno prático nada, ainda aí, se positivou. E a questão voltou a ser considerada em 1844. Dessa vez pelo presidente da já então província do Piauí, Dr. Manuel Ildefonso de Sousa Ramos, em fala de abertura da Assembléia Provincial, a 23 de agosto.

Acceptando novos alvitres por êste apresentados, nesse mesmo ano os legisladores da província votaram uma lei determinando a mudança da capital "para um local à margem do rio Parnaíba, na confluência da corrente denominada Mulato", e que ali se edificasse a cidade com a denominação de Regeneração.

Essa resolução foi complementada por outra votada no ano imediato, pela qual se autorizava o govêrno a empregar os meios adequados para efetuar, com a maior brevidade, a remoção da capital, recomendando-se como medida preliminar a transferência das repartições públicas para a vila de São Gonçalo, onde deviam permanecer até a edificação da nova cidade.

O local indicado é o em que hoje se encontra a cidade de Amarante. Fôra uma antiga aldeia de índios

acaroás, que dali se desalojaram, ou foram dizimados por colonizadores aos quais a suposição da existência de ouro no vale do riacho Mulato, os atraiu para lá, levando-os a cometer desatinos contra pacíficos e inofensivos aborígenes. De terras férteis e bem situadas à margem do Parnaíba, por muitas razões, não seria menos aconselhável para o estabelecimento da projetada nova cidade-capital.

Não foi avante, porém, a idéia consubstanciada em lei. A solução assim proposta permaneceu letra morta no texto das resoluções legislativas. Ainda dessa vez brilhou a boa estrela da gente de Oeiras.

Mais cinco anos decorreram. E eis que em 1849 outra lei é decretada. Por essa se resolve que a mudança determinada pelas resoluções de 1844 e 1845 se faça para o município do Poti, «logo que aí houvesse as acomodações indispensáveis». Voltava-se dessa forma a aceitação do que em 1798 sugerira o sargento-mor João do Amorim Pereira. Veio, porém, a lei de 5 de agosto de 1850 e revogou todas as anteriores.

Mas a idéia já se arraigara demais no espírito dos administradores, e em torno dela se fortalecia uma opinião de caráter popular. Efetivamente não era mais possível ceder ao jôgo das conveniências protetórias dos oeirenses. A causa, de fato, já não interessava apenas aos parnaibanos, mas a todas as comunidades da área de influência do Parnaíba.

Com efeito, em 1851 os habitantes das vilas da Parnaíba, Piracuruca e Campo Maior, se dirigiram

em memorial ao presidente Saraiva, pleiteando a transladação da capital piauiense ou para a localidade deltaica ou para a já anteriormente lembrada vila do Poti, a cuja vantajosa situação aludiam.

Saraiva que chegara há pouco à província, familiarizara-se com o problema, e sobre êle firmara uma opinião: a de que a capital não podia permanecer insulada na região central dos vales do Canindé e Piauí, e sua transferência para as margens do Parnaíba era medida que se impunha, a bem da prosperidade da própria província.

Disposto a resolver o impasse em que jazia a questão, empreendeu uma viagem através do rio Parnaíba, visitando os sítios ribeirinhos, dos quais pôde assim conhecer a situação e peculiaridades. Da Vila Velha do Poti, tirou a conclusão de que, sujeita à calamidade das febres palustres e das enchentes periódicas, não era o local o melhor indicado para ereção da nova sede do Govêrno. Por razões ainda não suficientemente explicadas, deixou de lado as cogitações em torno da escolha da confluência do riacho Mulato.

Mas querendo atender ao desejo dos petionários da Parnaíba, Piracuruca e Campo Maior, aconselhou a formação de outra vila em local que pessoalmente escolhera próximo à ribanceira do Parnaíba. A sugestão foi aceita, e com tal entusiasmo, que dentro em pouco a nova comunidade rivalizava com não poucas das mais prósperas. Em conseqüência entrou em declínio a Vila Velha, pôsto que daí se transferira a maioria dos habitantes.

O local onde se formou a povoação era justamente o então conhecido por "chapada do Corisco". À comunidade florescente passaram a chamar Vila Nova do Poti.

Ainda com a presença do conselheiro Saraiva, e estimulados por êle, que aí permaneceu alguns meses, iniciaram os moradores a construção de uma igreja. Em tôrno desta se levantou e expandiu-se o casario, disposto já de acôrdo com o plano em que se preconizava o futuro traçado das ruas.

Deixando as cousas nesse pé, Saraiva retornou a Oeiras. E ao instalar os trabalhos da Assembléa Provincial em 1851, focalizou a questão, informando sôbre as vantagens do sitio escolhido para a nova sede do govêrno. Usou, porém, de muita cautela, pois conhecia bem a disposição dos legisladores, que refratários à execução da medida, haviam revogado, no ano anterior, tôda a legislação atinente ao empreendimento.

O momento não era, positivamente, bastante psicológico para propor a mudança, visto predominar na legislatura a influência de prestigiosos chefes políticos naturais de Oeiras, e aí residentes e proprietários. Arreando-se de uma derrota, o conselheiro achou prudente aguardar a recomposição da Câmara, que se daria com as eleições próximas.

Com efeito, procedida a reforma dos quadros legislativos, e reunida a assembléa em 1852, foi decretada a 21 de julho a transferência da capital para a

Vila Nova, concomitantemente elevada à categoria de cidade com a denominação que até hoje conserva.

Imediatamente o presidente Saraiva providenciou a remoção das repartições públicas e respectivos funcionários para a nova sede. Por recomendação expressa em portarias assinadas nos primeiros dias de julho, foi logo transferido o pessoal da Secretaria, da Tesouraria, Administração do Correio e os órfãos do Colégio de Educandos Artífices.

Não dispondo ainda o govêrno de edifícios próprios para instalação dos seus serviços, tanto êstes como o pessoal à sua disposição, foram provisoriamente acomodados em casas particulares cedidas pelos habitantes.

Para residência do Governador fôra construído um casarão, "com acomodações suficientes para uma grande família". O mobiliário cedeu-o por dois anos o comandante superior Jacob Manuel de Almendra.

Acompanhado dos auxiliares imediatos, Saraiva chegou à Teresina no dia 13 do mesmo mês de julho. E já em princípios de outubro funcionavam normalmente os principais órgãos administrativos.

Nos primeiros dias de novembro chegava a fôrça de linha, constituída de 360 homens, que devia guardar a capital. As praças, sob o comando do capitão Miguel Ferreira Cabral, foram convenientemente alojadas numa casa particular oferecida pelo mestre de obras José Isidro da Silva, passando-se pouco depois para grandes barracões cobertos de palha, mandados

construir nas proximidades do local onde mais tarde se levantou o antigo quartel do Campo de Marte.

Em dezembro, estando pronta a capela-mor da igreja matriz de Nossa Senhora do Amparo, iniciada em 1851, já tinham prática aí os ofícios e cultos religiosos. A bênção do tempo e a primeira missa foram celebradas no dia de Natal, pelo vigário da freguesia, padre Manuel Antônio de Lima, realizando-se à tarde do mesmo dia, com grande acompanhamento, a trasladação da imagem padroeira da antiga igreja da Vila Velha. Foi êste o primeiro acontecimento importante que se registrou para a história da hoje centenária cidade de Teresina.

Rio, agosto de 1952.

J. ROMÃO DA SILVA.

Depart de Imp. Nacional --